

Previsões econômicas ficam mais difíceis

FÁBIO PAHIM JR.

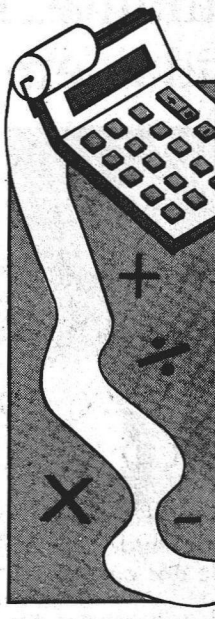
Consultores, empresas e economistas projetam mais inflação, permanência do déficit público, juros reais e baixo crescimento econômico (ou decréscimo) tanto neste final de ano quanto em 92. A taxa de inflação (IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas) prevista para setembro é de 17%, mas se o índice da Fipe-USP for tomado como referência, esse coeficiente poderá ser menor.

O horizonte está nublado — a maioria prevê que não ocorrerá ainda este ano o terceiro choque econômico do governo Collor, mas alguns já começam a trabalhar com esta hipótese. Outra dúvida diz respeito a decisões na área tributária — o Emendão, uma proposta de simplificação dos tributos ou medidas de curtíssimo prazo para aplicação imediata.

O aumento das incertezas econômicas não afasta as tentativas de projetar o futuro, mas embora as previsões — chamadas cenários — sejam variáveis cruciais para as decisões de investimento das companhias e para a administração do caixa, alguns preferem limitar suas expectativas ao mês corrente. “Todas as empresas trabalham a prazo curto. Não há como fazer prognósticos”, afirma o professor da Fundação Getúlio Vargas e ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, José Júlio Senna, hoje diretor do Banco Bahia de Investimento.

Temor de novo choque na sinalização do índice de 20%

A questão crucial é a expectativa de inflação para o último quadrimestre do ano, principalmente por causa de um temor: quando os índices alcançam 20% ao mês, acende-se a luz vermelha e torna-se iminente um novo choque econômico, como no final de janeiro. A estimativa mais otimista de inflação para os próximos meses é de Márcio Orlandi, sócio da Arthur Andersen: 17% em setembro, 19% em outubro, 17% em novembro e 15% em dezembro. As mais pessimistas são de Marcel Solimeo, diretor da Associação Comercial de São Paulo,



Os cenários da economia								
Fonte	Inflação (em %)		Déficit público (% do PIB)		Crescimento do PIB		Juro real ao mês (CDB)	
	91	92	91	92	91	92	91	92
Rosenberg & Associados	380 a 400	400	2,5	Zero a 4,5	-1	-2 a 2	3%	2%
Arthur Andersen	—	430	1,5	1,5 a 2	-2	Zero	30%	30% (ao ano)
Celso Martone	460	400 a 500	3	3 a 4	1,5 a 2	3	2 a 3	1 a 2
Ass. Comercial de São Paulo	450	—	3 a 4	3 a 4	1	Zero a 2	2 a 3	—

Obs: as previsões com uma margem de erro (exemplo: de zero a 4,5% para o PIB) devem-se a dois cenários: com ou sem ajuste fiscal, com ou sem choque econômico.

que prevê “mais de 25%” em dezembro, e do professor da FEA-USP, Celso Martone, que admite um índice de 27% no último mês do ano. Martone prevê uma escalada de aceleração de 3 pontos ao mês, começando em 18% no IGP-M de setembro e evoluindo para 21% em outubro, 24% em novembro e 27% em dezembro. José Augusto Arantes Savasini, da Rosenberg&Associados, estima 17% em setembro e outubro, 19% em novembro e 21% no mês de dezembro próximo.

O governo só conseguirá cortar o déficit (conceito FMI, ou seja, total das necessidades de financiamento da União, estados, municípios e estatais) se fizer uma reforma fiscal eficiente, arrecadando tributos de quem não os paga atualmente; enxugando o estado; e, se possível, conseguindo aprovar parcialmente o Emendão, que suprime a estabilidade do funcionalismo e permite a redução dos salários de quem está em disponibilidade. Mas a aprovação dessas decisões no Congresso é vista como muito difícil. “Se não houvesse qualquer ajuste tributário, o déficit poderia atingir percentuais elevadíssimos, de até 7% do PIB”, teme Martone, considerando porém a hipótese pouco provável.

O avanço (ou recuo) do Produto Interno Bruto - PIB (tudo o que os brasileiros produzem num ano) é objeto de franca dúvida. Martone acredita que o PIB crescerá de 1,5% a 2% em

91 e poderá chegar a 3% em 92. Mas a Arthur Andersen prevê -2%, a Rosenberg&Associados -1% e Solimeo, crescimento zero. Para 92, as dúvidas não são menores, e a maior oscilação está nos cenários da Rosenberg&Associados: -2 a +2%, ou seja, uma diferença entre o mínimo e o máximo de nada menos de US\$ 28 bilhões. Um novo arrocho tributário combinado com juros altos determinaria a queda máxima, e a tentativa de empurrar a crise com a barriga, o aumento máximo do Produto Interno Bruto.

Dólar deve acompanhar somente a inflação

Unanimemente, afirma-se que o dólar está subvalorizado. Mas Márcio Orlandi acredita que tanto em 1991 quanto em 1992 a moeda norte-americana acompanhará somente a inflação. José Augusto Savasini espera que até o final do ano, o dólar seguirá o maior índice inflacionário de cada mês, possivelmente o IGP-M. Marcel Solimeo prevê que este ano, o dólar acompanhará o IGP-M, mas em 90, a desvalorização real do cruzeiro atingirá 20%. Já Martone supõe avanço de 10% reais neste fim de ano e, em 92, uma desvalorização capaz de evitar prejuízos às exportações e estímulo às importações — a partir de janeiro, ocorrerá a queda substancial de alíquotas de importações de bens como têxteis e brinque-

dos, por exemplo, nos quais é fraco, até agora pelo menos, o poder de concorrência da indústria nacional.

A taxa de investimentos na economia (formação de capital fixo) é vista com muita preocupação por todos. Ela deverá oscilar entre os 15% e 16% do PIB, em percentuais muito semelhantes aos calculados pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério da Economia. Orlandi, porém, teme que esse percentual seja ainda menor, e não está percebendo o interesse das pessoas em investir na construção de imóveis novos, um dos fatores que mais pesa na formação de capital fixo.

CDBs: expectativa de 2 a 4 pontos acima da inflação mensal

Até o final do ano, os juros dos CDBs (Certificados de Depósito Bancário), as mais fortes aplicações privadas, deverão ficar 2 a 4 pontos acima da inflação mensal. Em 92, a expectativa é de um recuo para taxas reais entre 1 e 2, mas Marcel Solimeo prefere afirmar que “é impossível prever o patamar do ano que vem”. Já Márcio Orlandi acha perigoso avaliar o juro mensal, e prefere medi-lo em períodos mais longos, como um trimestre. Com base nisso, estima em 30% ao ano (pouco mais de 2% ao mês) os juros dos CDBs tanto no final deste ano quanto em 1992.

As microempresas reclamam: impostos nos sufocam.

Não são apenas as grandes empresas que reclamam da carga tributária e se animam com a perspectiva de uma reforma que reduza a lista atual de mais de 50 impostos. Também as micros e pequenas se ressentem de uma tributação que hoje abocanha, em média, 30% do faturamento de todos os setores produtivos nacionais e chega a representar 40% a 70% dos preços finais das mercadorias e serviços.

É o caso da indústria e comércio de móveis de escritório Reimóveis, com sede na Barra Funda, próxima à marginal do Tietê, que além de revender marcas de outros fabricantes tem uma linha própria de cadeiras. Nesses produtos, só por conta do IPI (15%) e o ICMS de 18% da comercialização, a taxa chega a 35,7%. “Um imposto como esse é roubo”, qualifica o gerente Mário Jorge Souza Reis. Ele conta que desde o Plano Collor a recessão já levou dois terços do faturamento da empresa — hoje de Cr\$ 5 milhões/mês — e que o próximo passo será a eliminação da linha de cadeiras. “Não dá para fabricar nessas condições.”

Com isso, mais alguns operários perderão o emprego na empresa, que já fez 11 demissões desde que o negócio passou a andar para trás. “Eramos 20, agora somos 9 entre fábrica e revenda e mantemos a loja aberta só para comer”, diz Reis. E desabafa: “Chega a dar saudade do tempo dos militares. Esse garoto que está no poder simplesmente quebrou o comércio e o nosso negócio.”

Com um faturamento 18 vezes maior — Cr\$ 90 milhões ao mês, o que já o situa como um médio comerciante —, outro empresário da Barra Funda, Celso Alderich, dono da Marca Comércio de Plásticos, afirma que não está em situação melhor. “Desse total, 20 milhões eu pago de impostos.” Celso diz que seu faturamento é alto porque os produtos com que trabalha — destinados à manutenção industrial — são caros e sobem de preço continuamente.

Para manter estoques em dia,

coisa indispensável num ramo ligado à manutenção, Alderich investe mensalmente 60% a 70% do faturamento. Com o restante, paga 30 empregados da loja e dois depósitos. “Tenho esta loja há 20 anos, mas venderia agora se alguém quisesse comprar. Só que isso não acontece porque ser comerciante, agora, é ser burro.” Alderich defende uma taxa como é feita nos EUA — pequena, mas sobre todas as transações — e considera que não haveria sonegação se este fosse o sistema. “Mesmo quem já armou uma estrutura para sonegar voltaria a pagar se o imposto fosse baixo, porque o custo da corrupção dos fiscais também é alto.”

Sonegação

Taxação menor sobre todos os negócios também parece o caminho mais razoável na opinião de Décio Rodrigues Butori, um dos sócios da Moinho Paulistano, pequena indústria de rações animais. A empresa tem 100 anos e fatura Cr\$ 20 milhões/mês, nas épocas de boas vendas. Mas não alcançará esse patamar em setembro, que teoricamente seria um ótimo mês por ser de seca — o que significa pastagens pobres. “Estamos prevendo no máximo 14 milhões”, diz o empresário, que se confessa inclinado até a fechar as portas. “Há três meses não retiramos pró-labore.”

Ao lado de uma carga de tributos que consome 30% do que seria o lucro da empresa, e de toda a conjuntura de crise que pesa sobre o pequeno empresário, o Moinho Paulistano enfrenta um problema adicional: concorrência de microempresários que trabalham sem nota, uma regra, segundo Butori, no setor de rações. “Os Cr\$ 6 milhões que não vendemos este mês entraram em algum lugar, porque os animais têm de comer na seca.” O faturamento sem nota, a seu ver, acabaria se os impostos fossem baixos. Mas, enquanto a reforma fiscal não vem, ele continua na luta.

Silvana Assumpção